



Fundamentos teórico-metodológicos para o controle social e a participação na execução da política de saneamento básico: os Encontros Temáticos do Projeto Alto Pituaçu, Salvador/BA

Theoretical-methodological foundations for social control and participation in the execution of basic sanitation policy: the Thematic Meetings of the Alto Pituaçu Project, Salvador/BA

Fundamentos teórico-metodológicos para el control social y la participación en la ejecución de la política de saneamiento básico: las Reuniones Temáticas del Proyecto Alto Pituaçu, Salvador/BA

Aline Paola Nuernberg

Mestranda em Estudos Territoriais, UNEB, Brasil
alinepaola.nuernberg@gmail.com

Alexandra De Nicola

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSAL, Brasil
alexandraetenorte@gmail.com



RESUMO

A topografia e a morfologia da cidade de Salvador/BA trazem dificuldades para a execução das obras públicas de saneamento básico, condição que se acentua pela contínua ocupação de áreas impróprias, frente às necessidades de moradia e usos associados da população. Para enfrentamento dessa questão, foi proposto e executado os Estudos de Concepção e Projetos Básicos de Reurbanização Integrada em Três Poligonais de Ocupação Informal da Sub-bacia Alto Pituvaçu (Projeto Alto Pituvaçu). Sob coordenação da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), do Estado da Bahia, o projeto englobou os bairros São Marcos, Pau da Lima, Nova Sussuarana, Sussuarana Velha e São Rafael. O presente artigo relata a experiência das autoras na construção da metodologia para o controle social e a participação no Projeto Alto Pituvaçu, com enfoque nos Encontros Temáticos, parte integrante do Plano de Participação e Controle Social (PPCS). É discutido sobre o caminho percorrido para a escolha de metodologias múltiplas, baseadas em teóricos das ciências sociais e geográfica (especialmente Paulo Freire, Bernardo Toro, Rogério Haesbaert e Salete Kozel) além das experiências das autoras como assistentes sociais, educadoras ambientais e técnicas sociais inseridas na equipe executora do projeto. Foi planejado um ciclo de Encontros Temáticos, sendo um de abertura, reunindo todos os territórios, uma série de cinco encontros para cada um deles e um de encerramento com todas as áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Controle social, Participação, Reurbanização Integrada e Saneamento Básico.

ABSTRACT

The topography and morphology of the city of Salvador/BA bring difficulties to the execution of public works of basic sanitation, a condition that is intensified by the continuous occupation of unsuitable areas, in view of the housing needs and associated uses of the population. To address this issue, Estudos de Concepção e Projetos Básicos de Reurbanização Integrada em Três Poligonais de Ocupação Informal da Sub-bacia Alto Pituvaçu (Projeto Alto Pituvaçu) were proposed and executed. Under the coordination of the Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), of the State of Bahia, the project encompassed the neighborhoods of São Marcos, Pau da Lima, Nova Sussuarana, Sussuarana Velha and São Rafael. This article reports the authors' experience in the construction of the methodology for social control and participation in the Projeto Alto Pituvaçu, focusing on the Thematic Meetings, an integral part of the Plano de Participação e Controle Social (PPCS). It discusses the path taken to choose multiple methodologies, based on theorists of the social and geographical sciences (especially Paulo Freire, Bernardo Toro, Rogério Haesbaert and Salete Kozel) in addition to the authors' experiences as social workers, environmental educators and social technicians inserted in the project's execution team. A cycle of Thematic Meetings was planned, one of which was the opening, bringing together all the territories, a series of five meetings for each of them and a closing meeting with all the areas.

KEYWORDS: Social control, Participation, Integrated Reurbanization and Basic Sanitation.

RESUMEN

La topografía y morfología de la ciudad de Salvador/BA traen dificultades para la ejecución de obras públicas de saneamiento básico, condición que se intensifica por la continua ocupación de áreas inadecuadas, en vista de las necesidades habitacionales y usos asociados de la población. Para abordar esta problemática se propusieron y ejecutaron los Estudos de Concepção e Projetos Básicos de Reurbanização Integrada em Três Poligonais de Ocupação Informal da Sub-bacia Alto Pituvaçu (Projeto Alto Pituvaçu). Bajo la coordinación de la Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) del Estado de Bahía, el proyecto abarcó los barrios de São Marcos, Pau da Lima, Nova Sussuarana, Sussuarana Velha y São Rafael. Este artículo relata la experiencia de los autores en la construcción de la metodología de control social y participación en el Projeto Alto Pituvaçu, centrándose en las Reuniones Temáticas, parte integral del Plano de Participação e Controle Social (PPCS). Se discute el camino seguido para la elección de múltiples metodologías, basadas en teóricos de las ciencias sociales y geográficas (especialmente Paulo Freire, Bernardo Toro, Rogério Haesbaert y Salete Kozel) además de las experiencias de los autores como trabajadores sociales, educadores ambientales y técnicos sociales insertos en el equipo de ejecución del proyecto. Se planificó un ciclo de Reuniones Temáticas, una de las cuales fue la apertura, reuniendo a todos los territorios, una serie de cinco reuniones para cada uno de ellos y una reunión de cierre con todas las áreas.

PALABRAS CLAVE: Control social, Participación, Reurbanización Integral y Saneamiento Básico.



1 INTRODUÇÃO

Salvador, terceira cidade mais favelizada do Brasil, tem 41,8% das habitações nessas condições (IBGE, 2020). Os bairros São Marcos, Pau da Lima, Nova Sussuarana e Sussuarana Velha, cujo estágio de consolidação na região do Miolo¹ da cidade é avançado, apresentando alto nível de concentração populacional, aglomeração de domicílios e ausência ou insuficiência de infraestrutura e serviços públicos, especialmente os de saneamento básico², são exemplos.

Situados na Sub-bacia Alto Pituauçu, os bairros foram contemplados com o Programa Bahia Azul (PBA), entre 1995 a 2004. Contudo, devido às condições topográficas, de uso e ocupação do solo e a inexistência da infraestrutura urbana, o programa não alcançou a universalização do saneamento básico nessas áreas. Os Governos do Estado e Municipal atuaram conjuntamente, motivados pela ação civil pública movida pelo Ministério Público da Bahia (MPBA), na elaboração da proposta dos Estudos de Concepção e Projetos Básicos de Reurbanização Integrada em Três Poligonais de Ocupação Informal da Sub-bacia Alto Pituauçu³, como um piloto para posterior replicabilidade nas demais áreas da capital com condições similares.

Visando a promoção do controle social e da participação nos projetos urbanísticos e de saneamento básico, a iniciativa previu o Plano de Participação e Controle Social (PPCS), cuja elaboração e execução da metodologia coube à equipe social contratada. Essa tarefa se revelou desafiadora, sobretudo, pela extensão da área das poligonais e dinâmicas socioculturais locais, demandando o que Iamamoto (2007, p. 20) já indicava como necessário aos assistentes sociais, uma “capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos”. Após uma longa imersão no campo, aliada às andanças das autoras em diversas áreas do conhecimento e práticas profissionais como a Educação Ambiental, foram formulados os Encontros Temáticos, integrantes ao PPCS.

Este artigo tem a finalidade de relatar a experiência das autoras na construção da metodologia para o controle social e a participação no Projeto Alto Pituauçu, com enfoque nos Encontros Temáticos. É preciso esclarecer que, devido aos limites deste manuscrito, não se pretende aprofundar a discussão sobre as abordagens teóricas numa perspectiva comparativa, mas, sim, descrever o cenário em campo, os aspectos que influenciaram as tomadas de decisão e os referenciais teórico-metodológicos que fundamentaram as escolhas.

O artigo está estruturado em cinco seções. A primeira introduz ao leitor a temática abordada e revela as circunstâncias que provocaram a escrita. As seções posteriores apresentam os objetivos do documento e a metodologia adotada para sua elaboração. A quarta traz os resultados do trabalho dispostos em três subseções: descrição do processo histórico do controle social e participação nas políticas de saneamento, os principais marcos legais e ações; o saneamento básico em Salvador e a conjuntura pós PBA, que resultou na proposição do Projeto Alto Pituauçu; os procedimentos, as técnicas e os fundamentos teórico-metodológicos elencados para a formulação dos Encontros Temáticos. A quinta seção traz as considerações finais das

¹ Um dos três vetores de crescimento de Salvador-BA, o Miolo é delimitado entre a Avenida Luiz Viana Filho (Paralela) e a BR-324, estendendo-se, ao Norte, até os limites do Município, totalizando uma área com cerca 115 km².

² Conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo das águas pluviais urbanas (Brasil, 2020).

³ Ao qual será referenciado como Projeto Alto Pituauçu para simplificar.



autoras sobre a experiência de concepção da atividade, e por fim, as referências bibliográficas.

As autoras esperam que a partilha da prática possa contribuir, de algum modo, para o trabalho de outros pesquisadores e/ou técnicos que buscam a proposição de metodologias participativas, assertivas, adaptadas aos contextos sociais e culturais de cada grupo social e o desenvolvimento de ações transparentes e democráticas, refletindo no fortalecimento da política pública de saneamento básico.

2 OBJETIVOS

O artigo apresenta como objetivo geral relatar a experiência das autoras na construção da metodologia para o controle social e a participação no Projeto Alto Pituaçu, com enfoque nos Encontros Temáticos. E objetivos específicos: (i) Conhecer o processo histórico de construção do controle social e da participação nas políticas públicas de saneamento básico; (ii) Caracterizar as condições do saneamento básico em Salvador; (iii) Apresentar o caminho percorrido e os fundamentos teórico-metodológicos elencados para a formulação dos Encontros Temáticos.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração do artigo foi adotado o método qualitativo, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental, além da descritiva, pois o fenômeno da investigação se constituiu na experiência de formulação dos Encontros Temáticos, atividade de controle social e participação prevista no PPCS, instrumento de planejamento do Projeto Alto Pituaçu.

A pesquisa bibliográfica (tendo como fontes livros, teses, dissertações e artigos) possibilitou o resgate histórico do controle social e da participação social na política pública de saneamento básico, e das condições do saneamento básico em Salvador, principalmente do serviço de esgotamento sanitário, e conceituar a base teórica-metodológica. Por meio da pesquisa documental foram levantadas informações pertinentes aos fatores que desencadearam a proposição do Projeto Alto Pituaçu. O método da pesquisa descritiva embasou o relato das autoras sobre a elaboração dos Encontros Temáticos, uma vez que compunham a equipe executora do projeto.

4 RESULTADOS

4.1 A trajetória do controle social e da participação na Política Pública de Saneamento Básico

Pensar e exercer o direito à cidade relaciona-se ao que a Constituição Federal de 1988 apresenta sobre a política urbana, em seus Arts. 182º e 183º, a partir do “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (Brasil, 1988). Esse desenvolvimento cabe ao município, com o planejamento por meio do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Em Salvador, o plano data de 2016 e nele a função social da cidade está descrita como:

O direito à cidade para todos compreendendo o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento básico, à segurança, à infraestrutura, aos serviços públicos, à mobilidade urbana, ao acesso universal a espaços e equipamentos públicos e de uso



público, à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à produção econômica (Salvador, 2016).

A inserção da política urbana na carta magna brasileira é o resultado de uma longa e densa história de luta encabeçada pelos movimentos sociais em prol da moradia e do acesso à cidade e sua inserção em espaços institucionais para garantir seus direitos, que teve início no período da transição política do regime militar para a redemocratização. Liana Viveiros (2018), em sua tese abordou essa trajetória, destacando que até 1940 o país possuía características rurais e, ao avançar no processo de modernização, chegou ao final daquele século com mais de 80% da população habitando em cidades, grande parte delas em condições precárias, acumulando contradições e desigualdades sociais. Embora mais direcionado à habitação, a organização das entidades da sociedade civil e a articulação com profissionais e acadêmicos em favor da reforma urbana possibilitou o encaminhamento de emendas populares à Constituinte e a inserção das agendas no documento.

Compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbano, reforçando a articulação entre os aspectos da função social da cidade, conforme o Art. 20º. A Constituição Federal relaciona ainda a política urbana, em particular o saneamento básico, com a saúde. O Art. 200º traz a atribuição do Sistema Único de Saúde (SUS) de “participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico” (Brasil, 1988) e o Art. 198º aponta a participação da comunidade como uma das diretrizes do SUS.

Outro instrumento legal relacionado ao direito à cidade é a Lei Federal nº 10.257/2001, que regulamenta os Arts. 182º e 183º, da Constituição Federal de 1988. Conhecida como Estatuto da Cidade, traz como diretriz a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito “à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 2001). Quanto ao controle social e à participação, o estatuto aponta para a gestão democrática, envolvendo a população e as associações representativas dos segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Para o saneamento básico, a União elaborou o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), com horizonte de 20 anos, compreendendo de 2014 a 2033. Com aprovação pelo Decreto nº 8.141/2013 e Portaria Interministerial nº 571/2013, sua elaboração foi prevista na Lei nº 11.445/2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010. No PLANSAB, o controle social e a participação dos usuários na gestão dos serviços integram o princípio da sustentabilidade, compondo a dimensão social “relacionada à percepção dos usuários em relação aos serviços e à sua aceitabilidade social” (Brasil, 2013, p.22), sendo relevantes, complexos e transversais para o planejamento do saneamento básico e a democratização da gestão dos serviços. Em 2020, o Governo Federal publicou a Lei nº 14.026/2020, atualizando o marco legal do saneamento básico instituído pela Lei nº 11.445/2007. Nela foram mantidos o controle social e a participação como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico” (Brasil, 2020).



Seguindo o PLANSAB, o Estado da Bahia instituiu sua política por meio da Lei nº 11.172/2008, assegurando o controle social na sua execução, conforme o Art. 4º: “é direito de todos receber serviços públicos de saneamento básico adequadamente planejados, regulados, fiscalizados e submetidos ao controle social” (Bahia, 2008). Observa-se que à época, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) tinha a competência de formular, coordenar, implementar, monitorar e avaliar a execução das ações da política estadual”. A legislação trouxe, além dos componentes de saneamento básico estabelecidos na esfera federal, ações de combate e controle de vetores e reservatórios de doenças. A partir da Lei nº 13.204/2014, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) passa a ter a atribuição de fomentar, acompanhar e executar estudos e projetos de infraestrutura hídrica, bem como formular e executar a política estadual.

O Estado da Bahia instituiu as Microrregiões de Saneamento Básico (MSB), sendo elas de natureza jurídica de autarquia intergovernamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo e personalidade jurídica de Direito Público. Suas funções públicas de interesse comum são a organização, a gestão, o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. A estrutura de governança compõe o Colegiado Microrregional, o Comitê Técnico e o Conselho Participativo, sendo este tripartite, com representantes escolhidos pela Câmara Municipal dos Municípios integrantes da MSB, pela Assembleia Legislativa e da sociedade civil. As MSB foram criadas pela Lei Complementar nº 48/2019, alterada pela Lei Complementar nº 51/2022, compondo 19 regionalizações mais a Região Metropolitana de Salvador, a qual a capital pertence.

A SIHS elaborou o Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB-BA) e o Plano de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Salvador (PES-RMS), ambos concluídos em 2024, e iniciou a elaboração de estudos dos Planos Regionais de Saneamento Básico e Estruturas de Governança para 15 MSB. A nível municipal, o Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado de Salvador (PMSBI) foi concluído em 2022⁴.

Outras instâncias de controle social e participação são as agências reguladoras. A nível estadual a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA) é uma autarquia em regime especial, criada pela Lei nº 12.602/2012, vinculada à SIHS. Suas competências são a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, inclusive municipal enquanto não houver órgão regulador. Salvador tem a Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (ARSAL), autarquia de regime especial, criada pela Lei nº 7.394/2007, alterada pela Lei nº 8.473/2013, cujas competências que anteriormente eram de limpeza urbana e drenagem, se ampliaram para serviços públicos.

No Estado da Bahia, o controle social e a participação têm se dado no setor saneamento compreendendo desde a elaboração dos planos a nível estadual, regional e municipal, com a construção de diagnóstico participativo e a realização de oficinas, consultas públicas e seminários, passando pela etapa de elaboração de estudos de concepção e viabilidade e projetos básicos, com reuniões comunitárias, diagnóstico participativo, oficinas e consultas públicas. Exemplo é o Projeto Alto Pituaçu, em Salvador. Na implementação de Sistema de

⁴ Esses planos, embora realizados num período posterior ao de elaboração da metodologia dos Encontros Temáticos, objeto deste artigo, são mencionados para uma melhor contextualização sobre a política de saneamento básico.



Esgotamento Sanitário (SES) e de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) realiza-se o Trabalho Social com o objetivo de “promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção”, conforme a Portaria nº 464/2018, do Ministério das Cidades.

De acordo com a Portaria nº 464/2018, o Trabalho Social é previsto em intervenções de saneamento, habitação ou saneamento integrado⁵ que ocorrem com repasse/financiamento do setor público. São eixos do Trabalho Social: (i) Mobilização, organização e fortalecimento social; (ii) Acompanhamento e gestão social da intervenção; (iii) Educação ambiental e patrimonial; (iv) Desenvolvimento socioeconômico (Brasil, 2018).

4.2 A universalização do Saneamento Básico, um caminho sinuoso para Salvador/BA

Salvador, capital da Bahia, fundada em 1549, pertence à Região Metropolitana de Salvador⁶ e ao Território de Identidade (TI)⁷ Metropolitano de Salvador⁸. Localizada na Baía de Todos os Santos, possui uma área territorial de 693,442 km², com 2.417.678 habitantes, perfazendo uma elevada densidade demográfica de 3.486,49 hab./km² (IBGE, 2022). É um núcleo urbano com topografia acidentada, com sucessões diversas de colinas e vales, planícies litorâneas e falésias em alguns trechos. Tem vastos recursos hídricos - rios, córregos, dunas e lagoas -, com parcela significativa utilizada como receptor de dejetos e/ou está coberta por construções públicas e privadas. A vegetação originária é a Mata Atlântica⁹, com ocorrência de restinga e manguezal. O clima é do tipo tropical chuvoso sem estação seca; a concentração de chuvas incide entre os meses de março a agosto, proporcionando média pluviométrica anual de 1.400 mm (Andrade; Baqueiro, 2009).

Apesar de ter sido a primeira capital do Brasil (posto mantido até 1763), as condições sanitárias eram insalubres até a segunda metade do século XIX. O abastecimento de água cabia à Companhia do Queimado, o Governo Municipal não oferecia serviço de limpeza das ruas e os canos de esgoto existentes foram instalados pelos moradores locais para suas necessidades particulares. O destino dos excrementos da população com maior poder aquisitivo era algum corpo d'água; os pobres tinham como solução as coaclas ou o lançamento dos dejetos nos quintais ou vias públicas. Antes do final desse século, dois planos de saneamento foram propostos, mas nenhum executado. O primeiro foi elaborado pelo médico Manoel Joaquim Saraiva e o segundo, pelos engenheiros Morales de Los Rios e Silveira Franca (Silveira, 2018).

Na virada do século XIX, um novo plano foi apresentado por Theodoro Sampaio, englobando outros elementos relacionados ao urbanismo, como habitação, infraestrutura e tratamento dos despejos. Entre 1905 e 1909, parte do proposto foi executado, inclusive

5 Refere-se as ações integradas de saneamento (contemplando mais de um componente simultaneamente) e urbanização.

⁶ Constituída em 1973, por meio da Lei Complementar nº 14, é composta por 13 municípios e ocupa uma área de 4.353,89 km² e conta com 3.573.973 habitantes (Bahia, 2024.).

⁷ Regionalização estabelecida pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), que agrupou os 417 municípios da Bahia em 27 Territórios de Identidade (TI) com base nas suas características culturais, históricas, econômicas e sociais (SEI, 2024, s/p).

⁸ O TI, que ocupa uma área de 4.354 km², é composto administrativamente pelos municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. (SEI, 2026).

⁹ Floresta tropical do tipo ombrófila, heterogênea, latifoliada e densa.



concorrendo com obras desenvolvidas sob caráter emergencial, mas devido a desentendimentos entre Sampaio e o Governo Municipal, o contrato foi encerrado. Em 1925, a gestão dos SAA e SES foi designada ao Estado, sendo assinado um contrato com Saturnino de Brito para o desenvolvimento de estudos e projetos para o *Saneamento da Baía*. A proposta previa a expansão urbana, um sistema de drenagem das águas pluviais, além do SAA e SES. A partir de 1929, mediante a contratação do engenheiro Bernardino Salomé Queiroga, parte das obras relacionadas ao abastecimento de água foram executadas com ajustes no projeto original (Silveira, 2018).

Até a década de 1970 foi executado um extenso programa de obras destinadas ao aumento da produção de água com barragens, centros de reservação, adutoras, além da implantação de rede de abastecimento de água no Subúrbio Ferroviário (Embasa, 2016). A nível federal, entre 1971 e 1986, foi implantado o PLANASA, que almejava a instalação de serviços de água e esgoto nas cidades do Brasil sob a gestão de organismos estaduais, mediante a cobrança de tarifa. Em 1971, foi criada a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA) e, em 1975, ela passou a incorporar os serviços das então extintas Companhia Metropolitana de Água e Esgoto (COMAE)¹⁰ e Companhia do Saneamento do Estado da Bahia (COSEB)¹¹. Nessa época, 20% da cidade era atendida com o serviço de coleta de esgoto. Entre 1976 e 1989, a EMBASA realizou obras de grande porte para ampliação e melhoria do SAA (incluindo a barragem de Pedra do Cavalo), e ações para aumento do número de imóveis com acesso à rede coletora de esgoto na bacia da Pituba (Embasa, 2016).

O Governo do Estado concebeu e implantou, entre 1995 e 2004, o PBA com o intuito de melhorar as condições ambientais da Baía de Todos os Santos (BTS) e a área urbana do seu entorno, que vinham sofrendo um intenso processo de degradação. As ações do PBA¹² foram organizadas em três estratégias: (i) Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos; (ii) Projeto de Modernização do Setor de Saneamento; e (iii) Projeto Metropolitano. Em razão da magnitude financeira envolvida (R\$ 600 milhões, com aporte de capital internacional), da abrangência do projeto (12 Municípios) e dos componentes previstos no escopo, o PBA se consolidou como o maior programa governamental em saneamento da Bahia desde o PLANASA (Borja e Moraes, 2018).

Entretanto, Borja (2006), em uma minuciosa análise sobre o PBA e seus efeitos para a promoção de justiça social, tendo como métricas as condições sanitárias, a gestão, o controle social e a participação, concluiu que houve avanços na ampliação da cobertura da população com rede de esgotamento sanitário, mas a situação do abastecimento de água, da limpeza pública e da drenagem urbana não obtiveram melhorias representativas. Ademais, a distribuição dos serviços se mostrou desigual, privilegiando a população de classes média e alta. Os investimentos direcionados ao fortalecimento da EMBASA garantiram ajustes na sua estrutura administrativa e gerencial, amplificando seu caráter público, mas desassociado de uma conduta que privilegiasse a democracia e a transparência, além de serem insuficientes para garantir mais eficiência e eficácia institucional. A autora também reflete sobre a mobilização de 24 entidades da sociedade civil que formaram, em 1996, o Fórum Controle Social do Bahia Azul,

¹⁰ Anteriormente denominada Superintendência de Águas e Esgoto do Recôncavo (SAER).

¹¹ Chamava-se Superintendência de Engenharia Sanitária do Estado da Bahia (SESEB).

¹² Esgotamento sanitário, abastecimento de água, limpeza pública, fortalecimento institucional da EMBASA, educação sanitária e ambiental, dentre outras.



almejando ampliar a participação nos processos decisórios e de acompanhamento ao PBA, porém a vitalidade do grupo e sua capacidade interventiva se exauriram diante das relações institucionais estabelecidas, culminando na sua extinção em 1999.

Os resultados obtidos por Borja (2006) evidenciam o saldo do PBA e corroboram com sua análise. Houve aumento da população atendida com o Serviço Integrado de Abastecimento de Água de Salvador (que passou de 84,3%, em 1991, para 96,1%, em 2000), a redução da desigualdade do acesso mediante a inclusão de bairros periféricos, mas permanecendo o problema da intermitência do abastecimento (afetando, sobretudo, a população de baixa renda) e a inadequada qualidade da água fornecida à população, que não atendia aos critérios de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, com base em parâmetros bacteriológicos e físico-químicos. No que diz respeito ao esgotamento sanitário, o incremento da população servida por rede geral de esgoto foi extremamente significativo, passando de 24%, em 1991, para 74%, em 2000; a cobertura das vias com rede de esgoto sanitário em operação cresceu de 29,4% para 72,4%. Quanto aos resíduos sólidos, o PBA garantiu a implantação do Aterro Sanitário Metropolitano (AMC) e o aumento da cobertura de coleta, de 77%, em 1991, para 93%, em 2000; todavia, o serviço de coleta porta-a-porta não apresentou melhoria representativa, passando de 51,6%, em 1999, para 53,1%, em 2000. No âmbito da drenagem de águas pluviais, os trechos sem rede decresceram de 56,5%, em 1991, para 46,9%, em 2000.

Apesar da adoção do modelo condominial com “ramais passando por onde podem” (Melo, 2008, p. 235) como estratégia para instalação da infraestrutura do SES, não foi possível a implantação de redes coletoras em todas as áreas previstas, resultando na formação de 17 trechos críticos¹³. As características topográficas e morfológicas da cidade exerceram papel decisivo para esse insucesso. As ocupações espontâneas no Miolo¹⁴ de Salvador ocorreram em áreas de risco, abrangendo encostas e fundos de vale, e resultaram em grande adensamento, ausência ou insuficiência de infraestrutura urbana, como ruas, escadarias e vias de acessos.

Especificamente com relação à Sub-bacia Alto Pituaçu não foram executados ramais condominiais em diversas quadras e algumas redes coletoras primárias em função dos seguintes entraves: (i) inexistência de infraestrutura de drenagem pluvial; (ii) ocorrência de áreas de risco – encostas sem contenção, sujeitas a deslizamentos; (iii) ausência de área pública suficiente para implantação de redes e ramais condominiais – o que demandaria desapropriações de residências e criação de acessos viários para a manutenção das redes; (iv) conflitos de vizinhança entre os moradores, tendo em vista que para o esgotamento de grande parte dos imóveis os ramais condominiais precisariam ser executados em áreas privadas com autorização dos usuários (Bahia, 2019).

Após o PBA, a EMBASA executou o Programa Água Para Todos (PAT) com recursos dos Governos Estadual e Federal, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Saneamento), promovendo novas obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Segundo o Painel Saneamento Básico (2024) a universalização do saneamento básico continuava sendo um caminho sinuoso a ser percorrido pelos gestores públicos de Salvador, sobretudo, com a formação contínua de novos trechos críticos. Em 2013, por exemplo, o percentual da população

¹³ Conceituado como áreas nas quais se constata a ocupação humana irregular e desordenada levando a uma ausência de componentes mínimos de urbanização que impedem a implantação de redes de saneamento básico (Bahia, 2019).

¹⁴ A cidade foi ocupada a partir de três vetores de crescimento: orla marítima (área nobre), miolo (formado por conjuntos habitacionais e ocupações espontâneas) e subúrbio (com maior desigualdade socioeconômica).



residente na região metropolitana sem acesso à água representava 8,9% e os que não dispunham de coleta de esgoto equivalia a 35,6%. Quando aos resíduos sólidos, naquele ano, o município aprovava o Decreto nº 24.322/2013, criando um grupo de trabalho para elaboração do plano da coleta seletiva, em atendimento ao disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas que não foi implantada.

Diante desse panorama, em 2013, o MPBA moveu a Ação Civil Pública nº 0582830-89.2016.8.05.0001, objetivando a adoção de medidas administrativas para enfrentamento dos trechos críticos de Salvador e a preservação/recuperação dos cursos d'água e praias da cidade. Como resultado, o Governo do Estado (representado pela SIHS e a EMBASA) e o Município de Salvador (por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas/SEINFRA) celebraram o Acordo de Cooperação nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, em 26/09/2018, e no Diário Oficial do Município, em 26/10/2018. O Termo de Acordo (TAC), assinado entre as partes, em 25/04/2019, estabeleceu obrigações recíprocas para a execução de Estudo de Concepção e Projetos Básicos de Reurbanização Integrada em Três Poligonais de Ocupação Informal da Sub-bacia Alto Pituvaçu, envolvendo cinco trechos críticos e cinco bairros (Nova Sussuarana, Pau da Lima, São Marcos, São Rafael e Sussuarana Velha). O TAC, numa perspectiva sistêmica, considerou a amplitude da problemática (que envolvia saneamento básico e gestão do uso do solo), enfatizando a necessidade da integração e cooperação entre os entes federativos e estabeleceu que o projeto se configurava como um piloto, devendo ser replicado nos demais trechos críticos da capital.

4.3 Fundamentos teórico-metodológicos dos Encontros Temáticos, uma experiência possível

Para execução do Projeto Alto Pituvaçu, o Termo de Referência lançado pela SIHS, executado com recursos próprios do Governo do Estado da Bahia, estabelecia 14 metas relacionadas à dinâmica de execução dos estudos: Meta 1 – Plano de Trabalho; Meta 2 – Plano de Participação e Controle Social; Meta 3 – Compatibilização das ações existentes, atualização do diagnóstico e elaboração dos estudos demográficos; Meta 4 – Plano de Regularização Fundiária para a Área de Intervenção; Meta 5 – Levantamento Topográfico e Geotecnia; Meta 6 – Projetos Básicos de Reurbanização, Habitação e Equipamentos Comunitários; Meta 7 – Projetos Básicos de Contenção de Encostas; Meta 8 - Projetos Básicos de Iluminação Pública; Meta 9 – Projetos Básicos do Sistema de Abastecimento de Água; Meta 10 – Projetos Básicos do Sistema de Esgotamento Sanitário; Meta 11 – Elaboração dos Projetos Básicos do Sistema de Micro e Macrodrenagem; Meta 12 – Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos; Meta 13 – Plano de Relocação, Reassentamento e Remanejamento; Meta 14 – Sinopse.

A área de intervenção do Projeto Alto Pituvaçu foi organizada conforme demonstra o Quadro 1:



Quadro 1 – Poligonais de intervenção do Projeto Alto Pituauçu

Poligonal	Trecho Crítico	Bairros
1	2	Pau da Lima
2	3	Sussuarana Velha
3	4	São Marcos
	5	São Rafael – Adjacente ao Conjunto Habitacional Colinas de Pituauçu
	6	São Rafael – Adjacente ao Conjunto Habitacional Recanto das Ilhas

Fonte: Bahia, 2020.

Elaborado pelo autor.

Para cumprimento da Meta 2 – Participação e Controle Social, à qual se integraram as autoras deste artigo, foi prevista a elaboração e execução do PPCS¹⁵, que teve como objetivo “[...] garantir a participação social ao longo de todas as etapas de elaboração das atividades [...]” (Bahia, 2020, p. 30). Dentre as ações previstas no PPCS, constaram os Encontros Temáticos¹⁶, que visaram “a promoção da participação e do controle social, por meio da reflexão sobre os trechos críticos quanto aos seus aspectos de uso e ocupação do solo e infraestrutura disponível” (Bahia, 2021b, p. 8).

As visitas a campo, realizadas na fase do Diagnóstico Socioambiental, possibilitaram uma aproximação das técnicas sociais com os representantes do poder público e da sociedade civil. O contato com esses atores sociais¹⁷ desvelou a heterogeneidade dos grupos sociais, evidenciando distintas dinâmicas socioculturais e padrões de organização econômico-políticos, que se traduziam em territorialidades próprias. Instituídos pelos grupos sociais, a partir de relações de dominação (político-econômico) e/ou apropriação da sociedade-espço (simbólico-cultural) (Haesbaert, 2021), esses territórios forjavam traçados particulares, dissemelhantes às delimitações das poligonais do projeto.

Para contextualizar, a Poligonal 1 compreendia desde o centro comercial de Pau da Lima até seus limites com São Marcos. A liderança de referência, pertencente à associação de moradores, mantinha vínculos com instâncias governamentais, instituições de ensino e pesquisa, e organizações de cunho religioso, pontos favoráveis para disseminação das informações e mobilização social, diante da vasta extensão territorial. Na Poligonal 2 havia duas lideranças de destaque, com diferentes vieses de atuação, mas convergentes na luta pelo direito à cidade. Uma delas atuava individualmente, promovendo serviços assistenciais e de saúde à população carente e com pretensões político partidárias de eleição a cargo legislativo municipal, a outra liderava um grupo de mulheres artesãs e buscava parcerias para o desenvolvimento sócio comunitário. A Poligonal 3, ainda mais peculiar, era fragmentada pela avenida Gal Costa. De um lado estava a rua Direta de Pituauçu, no bairro Nova Sussuarana, que era representada por duas lideranças: a primeira agia coletivamente, reivindicando a atuação do governo no desenvolvimento de políticas públicas setoriais (saúde, educação, saneamento, mobilidade, etc.), mas restringia sua atuação na circunferência da sua residência; a segunda, à frente de um grupo de homens organizados em torno do futebol, esteve engajado pela melhoria da

¹⁵ Primeiramente foi elaborado/aprovado o Plano de Trabalho, contendo de forma abrangente as ações sociais relativas à Meta 2 – Participação e Controle Social. O PPCS trouxe o detalhamento metodológico, elencando os subprodutos, quantificados e subdivididos em etapas, fases e atividades.

¹⁶ As demais foram: Diagnóstico Socioambiental; Plano de Mobilização e Comunicação Social (PMCS); Seminários de Abertura e Encerramento; Reuniões para Apresentação dos Projetos.

¹⁷ Adotamos a perspectiva de Toro (2005) de que os atores sociais emergem das organizações sociais, por meio da atuação em parceria com outros, o que requer poder fundir organizações ou se sentir pertencente a uma.



infraestrutura do campo, além de frequentemente estabelecer parcerias com outras organizações sociais. Contudo, os conflitos estabelecidos entre essas lideranças contribuíram para a divisão territorial da rua Direita de Pituáçu, não havendo um local “neutro” que pudesse agregar os dois grupos. A área dos trechos críticos 5 e 6, da Poligonal 3, situados entre os conjuntos habitacionais Colinas de Pituáçu e Recanto das Ilhas, originalmente pertencia aos empreendimentos e era constituída por vegetação nativa e nascentes. As primeiras ocupações foram em terrenos doados/vendidos por representantes dos condomínios – prática que ainda era vigente, mas que concorria com as ocupações espontâneas e especulação imobiliária. Nessa zona havia um líder com amplo carisma entre os moradores, que se dedicava às diversas expressões da questão social, oriundas das desigualdades da sociedade capitalista madura (Iamamoto, 2007).

Diante dessa conjuntura, as autoras ponderaram que a execução das atividades no recorte das poligonais do projeto poderia comprometer a consolidação da participação ampla e democrática, sendo necessária uma adaptação à realidade local. Assim, na Poligonal 1 os Encontros Temáticos foram realizados alternadamente em dois locais, na associação de moradores e na igreja católica. Na Poligonal 2, optou-se pela alternância dos Encontros Temáticos nos espaços de representação de cada um dos dois líderes. A Poligonal 3 foi dividida em três áreas de intervenção social, delimitadas pelo território de influência de cada uma das lideranças mapeadas, demandando um Encontro Temático para cada. Dessa forma, as ações sociais consideraram cinco territórios, com a subdivisão da Poligonal 3 em três zonas. A partir desse novo recorte territorial, a próxima etapa foi refletir sobre os fundamentos teóricos-metodológicos da atividade.

No que diz respeito à metodologia dos Encontros Temáticos, esta foi alicerçada na educação ambiental comprometida com a vertente transformadora, sendo oportuno esclarecer que “educação ambiental não é sinônimo de “educação ecológica”, porque vai além do aprendizado sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos, e abrange também a compreensão da estrutura de funcionamento dos sistemas sociais” (Layrargues, 2009, p. 26). Nessa perspectiva de transversalidade, os Encontros Temáticos foram configurados para criar possibilidades de produção/construção do conhecimento e não meramente para transferir conhecimento (Freire, 1996), tendo como base as temáticas previstas no Termo de Referência do edital de Concorrência nº 02/2020, bem como as orientações institucionais da SIHS sobre o enfoque a ser dado na atividade.

Desse modo, a proposta de execução dos Encontros Temáticos contemplou um encontro de abertura reunindo os cinco territórios, uma série de cinco encontros para cada um deles e um encontro de encerramento com todas as áreas. As atividades tiveram previsão de tempo de até 3 horas de duração e em todas foram convidados os técnicos responsáveis da Metas relativa ao tema a ser abordado, para contribuir no diálogo. Destaca-se que, ao constatar a participação de muitas mulheres com filhos e a duração da atividade, foi organizado um espaço de acolhimento infantil, com papel, desenhos e caneta/lápis de cor, para que as mães pudessem ter condições de atenção e envolvimento. As temáticas, os conteúdos, as finalidades e as metodologias dos Encontros Temáticos são apresentados no Quadro 2:



Quadro 2 – Encontros Temáticos – Síntese das temáticas, conteúdos, finalidades e metodologias.

Encontro Temático	Temática	Conteúdo	Finalidade	Metodologia
Abertura	Contextualização geral.	Informações sobre o projeto (contrato, objetivo, escopo, prazo, entre outros).	Levantamento das impressões, expectativas e perfil dos participantes.	1º Momento: Diálogo de Saberes. 2º Momento: World Café*.
1	A Bacia Hidrográfica Alto Pituçu.	A bacia como unidade territorial: conceito, legislação e planejamento administrativo.	Identificação do caminho das águas nos territórios.	1º Momento: Diálogo de Saberes. 2º Momento: World Café. 3º Momento: Mapa Mental.
2	Os componentes do Saneamento Básico.	Saneamento Básico: componentes, conceitos, diretrizes e instrumentos legais.	Apontamento dos problemas relacionados ao saneamento básico.	1º Momento: Diálogo de Saberes. 2º Momento: World Café. 3º Momento: Mapa Mental.
3	Urbanismo.	Infraestrutura básica e equipamentos comunitários do território.	Conhecimento sobre a rotina cotidiana, as práticas de lazer, a cultura e as formas de participação e controle social existentes.	1º Momento: Diálogo de Saberes. 2º Momento: World Café. 3º Momento: Mapa Mental.
4	Moradia.	Regularização fundiária: definições conceituais e normativos legais.	Compreensão sobre as condições fundiárias dos imóveis e esclarecimento sobre os remédios constitucionais para a regularização fundiária.	1º Momento: Diálogo de Saberes. 2º Momento: World Café. 3º Momento: Mapa Mental.
5	Um olhar sobre o território.	Problemáticas socioambientais.	Verificação em campo das questões abordadas durante os Encontros Temáticos.	Momento único: visita a campo.
Encerramento	Contextualização geral dos Encontros Temáticos.	Informações gerais sobre resultados da atividade.	Apresentação dos resultados da atividade para os participantes.	1º Momento: exposição oral. 2º Momento: debate.

Fonte: Bahia, 2020.

Elaborado pelo autor.

* Por se tratar de uma atividade envolvendo os atores sociais de toda a área de abrangência do projeto não foi previsto o Mapa Mental.

Paulo Freire, referência na educação popular, traz a importância do diálogo nesse campo de atuação. O educador brasileiro destaca que se não houver capacidade de “sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros” ainda se está longe de alcançar o diálogo e que quando ele acontece, se dá o lugar de encontro, onde “não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais” (Freire, 1987, p.81). Dessa forma, o primeiro momento da atividade foi pensado como Diálogo de Saberes, com objetivo de proporcionar a troca entre técnicos e participantes conhecedores do território, configurando-se em ensino-aprendizagem para ambos. A metodologia considerou ainda os princípios norteadores da Educomunicação, descritos no Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS), assumindo compromissos com: o diálogo permanente e continuado; a interatividade e produção participativa de conteúdos; a transversalidade; o encontro/diálogo de saberes; a proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular;



a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental, o direito à comunicação; e a não discriminação e o respeito à individualidade (Brasil, 2009, p.95-98).

O segundo momento do Encontro Temático foi fundamentado na metodologia do World Café, desenvolvida por Juanita Brown e David Isaacs (The Word Café, 2024), para diálogo em grandes grupos de forma simples, eficaz e flexível. Formam-se pequenos grupos, com os participantes se movimentando entre eles durante algumas rodadas, sendo que cada uma tem um tempo determinado para a troca entre eles. Nesse ínterim, os participantes do grupo são convidados a responder um questionário semiestruturado sobre a temática do encontro, como forma de aprofundar o conhecimento sobre o território e levantar informações para o diagnóstico técnico participativo. Na primeira rodada, uma pessoa é escolhida para ficar fixa no grupo, fazendo a relatoria do que for debatido e passar o resumo para os participantes que o escolherem na próxima rodada. Ao final, os relatores de cada grupo apresentam para todos os participantes os resultados, sendo possível ainda complementos ou ajustes.

Tendo como referência a metodologia dos Mapas Mentais de Salette Kozel (2018)¹⁸ foi proposto nos Encontros Temáticos 1 a 4 a construção coletiva e contínua de um mapa mental para cada território, compondo o terceiro momento. Com esse método, cada sujeito, mediante escalas de valores particulares, seleciona determinados elementos a serem desenhados no mapa – nesse caso em particular correlacionados às problemáticas socioambientais existentes nos espaços experimentados por eles, em conformidade com a temática do encontro. Com a continuidade do desenho por outros sujeitos, no mesmo ou em outros Encontros Temáticos, buscou-se a representação do grupo sobre as condições urbanas de cada território na totalidade dos temas abordados, favorecendo a compreensão das interrelações entre as Metas do projeto, a ocupação do solo e a infraestrutura disponível a partir da “visão de mundo dos indivíduos em seu caráter dialógico” com o projeto (Kozel, 2018, p. 59). A proposta foi fazer mapas mentais por trechos críticos, agrupando os moradores de cada localidade e utilizando o mesmo desenho em todos os encontros, dessa forma seria possível acréscimo de novas informações ao longo do período e/ou a partir de novos participantes.

Ao final da série, em cada área de intervenção do Projeto Alto Pituáçu os participantes foram convidados para olhar o território com as lentes do que foi abordado até então na atividade. Um olhar Sobre o Território, como foi denominado esse encontro, consistiu numa visita ao campo para observar os problemas socioambientais levantados pela comunidade nos mapas mentais e os trechos com maior complexidade para resolução das problemáticas. Os percursos foram organizados de forma conjunta com as lideranças locais visando a segurança do grupo. Com o Encontro de Encerramento pretendeu-se o fechamento do ciclo da atividade, a socialização e a avaliação dos resultados alcançados, sendo esse um rito necessário a qualquer projeto.

5 CONCLUSÃO

O Projeto Alto Pituáçu se consolida como uma importante iniciativa para o enfrentamento aos problemas urbanos de Salvador e um novo caminho para a universalização

¹⁸ Observa-se que essa metodologia tem semelhanças com o Biomapa, proposto como técnica para produção de diagnósticos participativos no PEAMSS.



do acesso ao saneamento básico na capital. Estruturado no Termo de Referência sob uma ótica ampla do direito à moradia, nos termos do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, o projeto previu 14 Metas que agregaram aspectos relacionados à/ao: regularização fundiária (observando os distintos graus de segurança jurídica da posse do imóvel), realocação/reassentamento/remanejamento, habitação e equipamentos comunitários, contenção de encostas, iluminação pública e saneamento básico.

O trabalho social foi incluído como meio para garantir o controle social e a participação em todas as etapas do projeto, perpassando por todas suas Metas. Para Bernardo Toro, teórico da mobilização social, na democracia, o público se dá pela e na sociedade civil e sua construção “requer desenvolver nos cidadãos formas democráticas de pensar, sentir e agir, isto é o que se conhece como cultura democrática” (Toro, 2005, p.29). Em consonância com as ideias do autor, os Encontros Temáticos foram estruturados com metodologias participativas, agrupando técnicas que possibilitassem aos sujeitos pensar, sentir e agir em benefício do coletivo, no planejamento urbano de seus territórios, e, assim, exercer, não só a cidadania, mas também o direito à cidade em sua função social.

A seleção das metodologias foi coerente com o arcabouço legal que assegura o controle social e a participação na execução da política pública urbana, o que produz reflexos para a produção de uma cidade mais justa e igualitária, principalmente no caso do Projeto Alto Pituaçu que envolveu uma população vulnerável, que habita áreas de risco em Salvador. Ao incluir os temas de cada uma das diferentes Metas do projeto no conteúdo programático dos Encontros Temáticos, as autoras mesclaram conhecimento técnico e vivencial aos participantes sobre os territórios de moradia, unindo teoria e prática; também favoreceu a reflexão sobre o território pela perspectiva de direito a cidade, de forma sistêmica a partir das partes que compõem o desenvolvimento urbano. Outro aspecto de relevância na metodologia dos Encontros Temáticos foi encerrar a série com uma caminhada, como forma de vivenciar o que foi abordado e discutido anteriormente, levando os participantes a percorrer seu território pela perspectiva do urbanismo, oportunizando o (re)conhecer seus espaços de moradia e fruição, reforçando a tríade de Toro.

Apesar desse artigo não se propor a trazer os resultados alcançados por meio dos Encontros Temáticos, consideramos pertinente revelar duas consequências das escolhas metodológicas, pois podem ser úteis para outros pesquisadores/técnicos. A primeira é com relação ao recorte territorial estabelecido que se mostrou eficiente para evitar conflitos entre os grupos, favorecer a mobilidade da comunidade pela redução da área, e, sobretudo, validar as territorialidades existentes, uma vez que “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial”” (Haesbaert, 2021, p. 20). A segunda, mas não menos importante, foi a contribuição dos mapas mentais para o diagnóstico técnico participativo e a elaboração do projeto urbanístico final, agregando informações que não puderam ser observadas por tecnologias digitais ou impedimento de circulação pelas poligonais e sobre as quais não havia dados primários/secundários disponíveis para consulta.

As autoras refletem que a caminhada percorrida que culminou na construção teórico-metodológica dos Encontros Temáticos não foi solitária e sim se deu de forma coletiva. O diálogo com cada ator social nos territórios e as discussões técnicas institucionais agregaram, cada qual a seu modo, em maior ou menor contribuição, para os resultados apresentados neste artigo.



Dessa forma conclui-se que o engajamento de todos se deu pela convocação de um desejo comum de melhoria da qualidade de vida da população em vulnerabilidade, mobilizando as vontades (Toro, 2005) tanto do poder público quanto da sociedade civil no sentido de que todos têm o direito à uma cidade sustentável.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BAQUEIRO, Paulo Roberto. **Geografia de Salvador**. - 2. ed. - Salvador: EDUFBA, 2009.

BAHIA. Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. **Embasa 45 anos: fazendo história no saneamento da Bahia**. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. Salvador: Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A., 2016.

BAHIA. Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador. **Sobre a RMS**. Disponível em: <<http://www.emrms.ba.gov.br/pt-br/content/sobre-rms>>. Acesso em: 12 ago de 2024.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. Termo de Acordo. **Ação Civil Pública nº 0582830-89.2016.8.05.0001**. 2019. Disponível em: <http://www.ceama.mp.ba.gov.br/biblioteca-virtual-nusf/doc_view/4048-tac-esg-sanitario-salvador.html>. Acesso em: 28 set. 2021.

BAHIA. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS. **Elaboração de Estudos de Concepção e Projetos Básicos de Reurbanização Integrada em Três Poligonais de Ocupação Informal da Sub-bacia Alto Pituauçu**. Meta 2 – Plano de Participação e Controle Social. Relatório 02 / 2021.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Cartografia Temática – Regionalizações – Territórios de Identidade – Apresentação**. Disponível em: <SEI - Territórios de Identidade>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: SEI, 2016. 3 vol. p. (Série territórios de identidade da Bahia).

BORJA, Patrícia Campos. **Programa Bahia Azul: uma avaliação quali-quantitativa**. Cadernos 4.pmd. 2006. P-11 a 36.

BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos. Programa de Saneamento Ambiental da Bahia, Bahia Azul. In: RÊGO, Rita de Cássia Franco; KILLINGER, Cristina Larrea; BARRETO, Maurício Lima (Orgs.). **Impacto de um Programa de Saneamento Ambiental na Saúde: fundamentos teórico-metodológicos e resultados de pesquisa interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Brasília: Ministério das Cidades, 2013. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/437/1/Plano%20Nacional%20de%20Saneamento%20B%C3%A1sico_06-12-2013.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria nº 464**, de 25 de julho de 2018, alterada em 29 de dezembro de 2022. Dispõe sobre o Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades. Brasília: Ministério das Cidades, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica/portarias/Portaria_464_compilada.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.026**, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais



do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 set 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 13 set 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3lwCBqg>>. Acesso em: 03 nov 2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Quase dois terços das favelas estão a menos de dois quilômetros de hospitais**. Editoria: Séries Especiais | Allerrandre Barros | Arte: Brisa Gil. 19/05/2020 10h00 | Atualizado em 22/05/2020 09h23. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27728-quase-dois-tercos-das-favelas-estao-a-menos-de-dois-quilometros-de-hospitais>>. Acesso em: 10 ago 2024.

Brasil / Bahia / Salvador. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Brasil / Bahia / Salvador**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Painel Saneamento Brasil**: explore os indicadores por Ano – 2013. Disponível em: < https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2013&media=&SE%5Bi%5D%5BPOP_SEM_AG%25%5D=POP_SEM_AG%25&SE%5Bi%5D%5BPOP_SEM_ES%25%5D=POP_SEM_ES%25&SE%5Bi%5D%5BVOL_ES_AG%5D=VOL_ES_AG&SE%5Bi%5D%5BVOL_ES_NTRATA%5D=VOL_ES_NTRATA&SE%5Bi%5D%5BINT_VH%5D=INT_VH&SE%5Bi%5D%5BBOBITO_VH%5D=BOBITO_VH&SE%5Bi%5D%5BRENDA_G1%5D=RENDA_G1&SE%5Bi%5D%5BRENDA_G2%5D=RENDA_G2>. Acesso em: 10 ago. 2024.

KOZEL, Salete. Desvelando Mapas Mentais na Perspectiva Dialógica: Metodologia Kozel, uma Possibilidade. *In*: KOZEL, Salete (organizadora). **Mapas Mentais**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação Ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Repensar a Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

MELO, José Carlos. **Sistema condominial: uma resposta ao desafio da universalização do saneamento**. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

SALVADOR. **Decreto nº 24.322**, de 2 de outubro de 2013. Cria Grupo de Trabalho para Elaboração do Plano da Coleta Seletiva do Município de Salvador, em Atendimento ao Disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2433/24322/decreto-n-24322-2013-cria-grupo-de-trabalho-para-elaboracao-do-plano-da-coleta-seletiva-do-municipio-de-salvador-em-atendimento-ao-disposto-na-politica-nacional-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 10 de ago. 2024.

SALVADOR. **Lei nº 9.069**, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador. Disponível em: https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n-9.069-PDDU-2016.pdf. Acesso em:



08 set. 2024.

SILVEIRA, Juliana. Os planos de modernização de saneamento para Salvador e a modernização da cidade: 1890-1960. In: RÊGO, Rita de Cássia Franco; KILLINGER, Cristina Larrea; BARRETO, Maurício Lima (Orgs.). Impacto de um **Programa de Saneamento Ambiental na Saúde**: fundamentos teórico-metodológicos e resultados de pesquisa interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2018.

TORO A., José Bernardo. **A construção do público**: cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

VIVEIROS, Liana. **Práxis de Política Urbana no Brasil**: Movimentos e Articulações Nacionais e Internacionais na Construção do Direito à Cidade. 2018. 407 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3Pw5eBA>>. Acesso em: 24 mai. 2020.